

HABEAS CORPUS Nº 515.255 - SC (2019/0167630-4)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : ANDRE SANTOS CORREA DE AMORIM E OUTRO
ADVOGADOS : ALEXANDRE SANTOS CORREIA DE AMORIM - SC011253
ANDRE SANTOS CORRÊA DE AMORIM - SC023707
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : GLEDSTON CESAR FERNANDES (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de GLEDSTON CESAR FERNANDES, apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - HC n. 4007685-83.2019.8.24.0000.

Noticiam os autos que o paciente foi preso em flagrante no dia 15-03-2019, por ter, supostamente, cometido os delitos previstos no art. 33 da Lei n. 11.343/2006 e arts. 12 e 16, ambos da Lei n. 10.826/03, tendo a custódia sido convertida em preventiva.

Aduz o impetrante, em breve síntese, que o recurso ordinário impetrado contra o acórdão proferido no julgamento do HC n. 4007685-83.2019.8.24.0000 encontra-se paralisado no Tribunal de origem desde 02.05.2019, sem que até a presente data tenha havido remessa do referido recurso a esta Corte.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para que o paciente seja colocado em liberdade em virtude do apontado excesso de prazo para distribuição do recurso em *habeas corpus*.

É o breve relatório.

Da análise dos autos, ao menos num juízo perfunctório, não se vislumbra manifesta ilegalidade a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Isso porque não há nos autos quaisquer documentos que evidenciem que a tramitação do recurso ordinário em *habeas corpus* interposto pela defesa na origem encontra-se paralisada, ou mesmo que o aludido reclamo não teria sido encaminhado a este Sodalício por desídia ou falha da autoridade impetrada.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão a sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Ante o exposto, **indefere-se** a liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da controvérsia, especialmente no que se refere à tramitação do recurso ordinário interposto pela defesa contra o acórdão proferido no julgamento do HC n. 4007685-83.2019.8.24.0000.

Com estas, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator

